



APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	46399/2024
Estudo Preliminar nº:	002/2025
Secretaria:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Setor / Órgão:	Gerência de Benefícios Eventuais
Objetivo:	Trata-se de um estudo preliminar referente à contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços funerários, em atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que visam suprir situações emergenciais de vulnerabilidade social, como o falecimento de um ente querido em famílias em situação de extrema pobreza ou risco social.
Equipe de Planejamento:	Gestoras: Angelica Medeiros Polo, Gerente de Benefícios Eventuais, Mat. 63.523 e Edilene Gorete Torres Laeth, Gerente de Proteção Social Básica, Mat. 63.360
	Apoio Técnico Administrativo, elaboradora com base nos dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD: Caroline Guimarães Monteiro, matrícula 63.647
	De acordo: Yuri Guimarães Felisberto Bezerra, Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, matrícula 100.518
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:	
<p>Fundamentação: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p> <p>No momento, não foi possível demonstrar tal previsão no Plano de Contratações Anual (PAC) desta Administração Pública Municipal uma vez que o mesmo precisa ser regulamentado pelo Município, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação e contratação pública. O artigo 12, inciso VII e § 1º desta lei estabelece que os entes federativos, incluindo os Municípios, devem instituir o seu Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações. Este sistema deve conter, entre outros elementos, o Plano de Contratações Anual (PAC). Vale destacar que o PAC é uma ferramenta essencial para o planejamento das contratações públicas ao longo do ano. Ele deve conter as estimativas de contratações de bens, serviços e obras, as modalidades de licitação a serem utilizadas, os valores envolvidos, o cronograma de realização das contratações, entre outras informações relevantes. Para que o PAC seja efetivamente adotado e aplicado no âmbito municipal, é necessário que o Município regulemente esse procedimento por meio de lei ou outro instrumento normativo adequado. Essa regulamentação deve estabelecer os procedimentos para a elaboração, aprovação, acompanhamento e execução do PAC. Portanto, esta Secretaria aguarda tal regulamentação, incluindo a criação e regulamentação do Plano de Contratações Anual, para estabelecer o PAC anual desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Essa medida contribui para uma gestão mais transparente, eficiente e alinhada com as normas e diretrizes nacionais de contratações públicas.</p>	



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Fundamentação: (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública para o fornecimento de serviços funerários, em atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que visam suprir situações emergenciais de vulnerabilidade social, como o falecimento de um ente querido em famílias em situação de extrema pobreza ou risco social.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços funerários, em atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que visam suprir situações emergenciais de vulnerabilidade social, como o falecimento de um ente querido em famílias em situação de extrema pobreza ou risco social, conforme descrito abaixo:

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
LOTE ÚNICO				
01	4170	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviços funerários, padrão assistencial, com o fornecimento de artefatos para a realização de um funeral compreendendo: urna funerária, material para ornamentação da urna, véu, velas ou lâmpadas incandescentes, material para assepsia do corpo e limpeza dos ambientes, EPI descartável e outros não especificados, contudo necessários a realização do funeral, conforme referências do item 1 do Manual Diretor Funerário 2024/2025 ABREDIF.	UNIDADE	117
02	4170	Tanatopraxia até 24 horas, conforme referências do item 5 do Manual Diretor Funerário 2024/2025 ABREDIF.	UNIDADE	47
03	4170	Translado terrestre, remoção do corpo, do local do óbito ou em que foi velado, de um município a outro, por via terrestre, em veículo destinado exclusivamente a este fim, para ser sepultado, quando estes forem localizados em outros Municípios nos limites do território nacional, conforme referências do item 13 do Manual Diretor Funerário 2024/2025 ABREDIF.	KM	11.700



A contratação deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

- Da sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Como descrito neste Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garanta sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, fica ainda, a Contratada, vinculada ao seguinte critério de sustentabilidade:

- a) Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a Contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

- Da indicação de marcas ou modelos:

Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.

- Da exigência de amostra:

Não será exigida a apresentação de amostra.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Fundamentação: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A memória de cálculo para o fornecimento de serviços funerários para o ano de 2025 baseia-se no histórico de atendimentos realizados em 2023 e 2024.

Auxílio- Funeral atendido no ano de 2023	Auxílio- Funeral atendido no ano de 2024
• Serviço Funeral: 63	• Serviço Funeral: 87

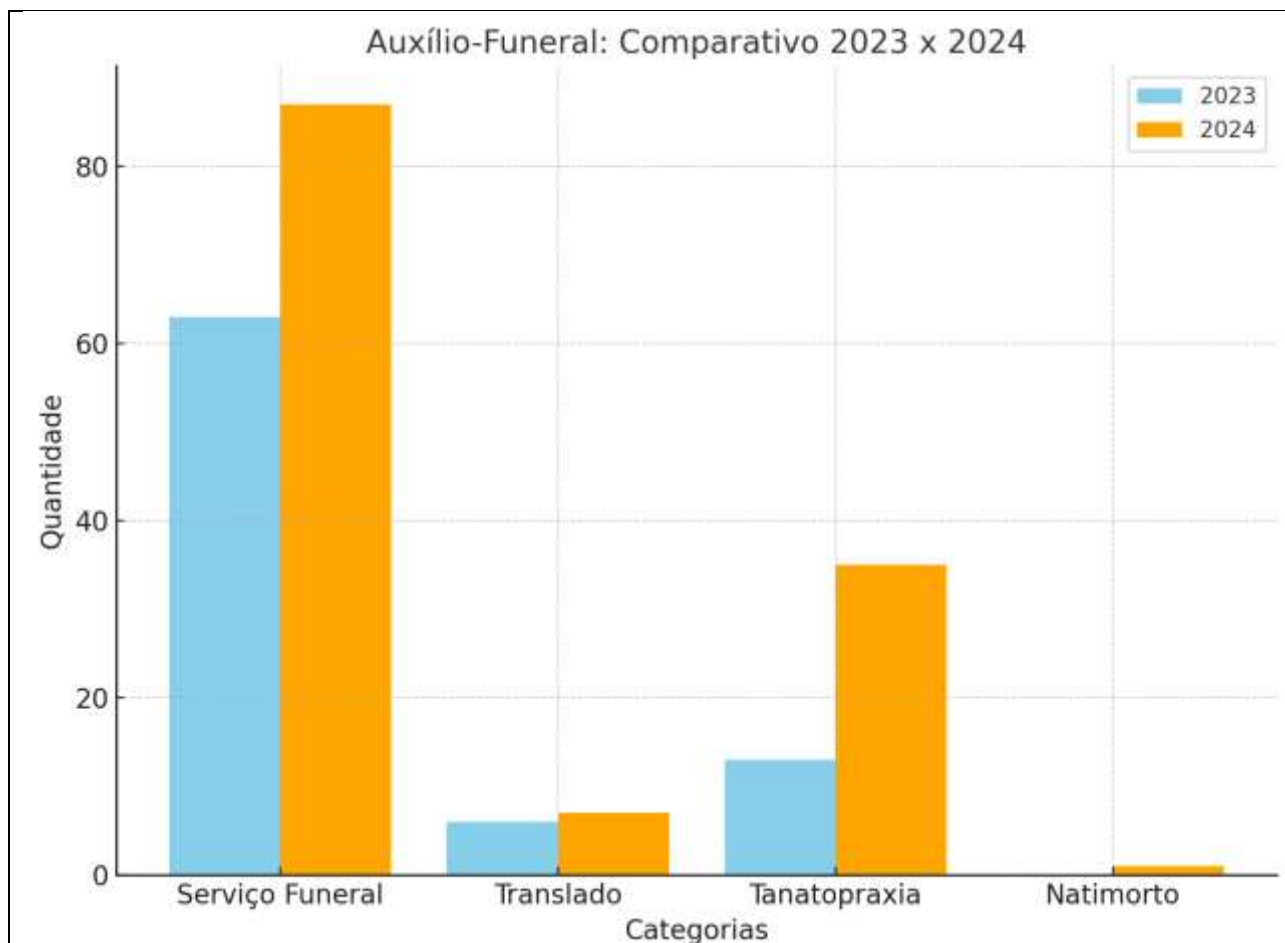


- Tanatopraxia: 13
- Translado: 6
- Total Geral: 82
- Tanatopraxia: 35
- Translado: 7
- Natimorto: 1
- Total Geral: 130

2024	SERVIÇO FUNERAL	TANATOPRAXIA	TRANSLADO	NATIMORTO	TOTAL
JANEIRO	17	6	2	1	26
FEVEREIRO	8	4	-	-	12
MARÇO	5	2	-	-	7
ABRIL	7	2	1	-	10
MAIO	14	7	3	-	24
JUNHO	5	1	-	-	6
JULHO	6	3	-	-	9
AGOSTO	8	2	-	-	10
SETEMBRO	7	6	-	-	13
OUTUBRO	4	1	-	-	5
NOVEMBRO	6	1	1	-	8
TOTAL	87	35	7	1	130

Média Mensal dos Serviços

- Serviço Funeral: Média de 7,91 por mês
- Tanatopraxia: Média de 3,18 por mês
- Translado: Média de 0,64 por mês
- Natimorto: Média de 0,09 por mês
- Total Geral: Média de 11,82 por mês



O aumento na demanda pelo auxílio-funeral, que passou de 82 atendimentos em 2023 para 130 em 2024, reflete uma situação emergencial e inesperada. Esse crescimento não era previsto nos planejamentos iniciais, mas se apresenta como uma necessidade real diante das circunstâncias sociais e econômicas enfrentadas pela população em situação de vulnerabilidade.

Com base na análise do cenário atual e considerando as tendências de crescimento das demandas sociais, projeta-se para 2025 um aumento de 35% nos atendimentos em relação a 2024. Essa projeção estima um total de 176 atendimentos, distribuídos da seguinte forma:

- Serviço Funeral: de 87 atendimentos em 2024 para 117 atendimentos em 2025.
- Tanatopraxia: de 35 atendimentos em 2024 para 47 atendimentos em 2025.
- Translado: de 7 atendimentos em 2024 para 10 atendimentos em 2025.
- Natimorto: de 1 atendimento em 2024 para 2 atendimentos em 2025.

Na última contratação, a estimativa de quilometragem para o referido item foi de 10.000 km, considerando um total de 100 atendimentos de serviços funerários. Isso significa que, em média, cada atendimento exigia aproximadamente 100 km de deslocamento.

Agora, com a previsão de aumento no número de atendimentos para 117, aplicamos a mesma média de deslocamento por atendimento. Assim, multiplicamos 117 atendimentos por 100 km, resultando em uma nova estimativa de 11.700 km.

Esses números resultam da continuidade de fatores críticos como o agravamento das condições de vulnerabilidade social, o aumento populacional e o impacto de crises econômicas que têm afetado principalmente as famílias de baixa renda.

O aumento projetado reflete também a necessidade de adequação às condições econômicas que influenciam diretamente os custos dos serviços funerários. O crescimento do preço de itens e serviços relacionados, como tanatopraxia, translado e sepultamento, impõe um maior esforço orçamentário para que o benefício continue sendo oferecido de maneira digna e eficiente. A inflação acumulada e os custos



operacionais são fatores que reforçam a necessidade de ampliação dos recursos destinados ao auxílio-funeral.

Ademais, a projeção para 2025 considera o aumento da procura por este benefício, impulsionado por ações de conscientização e maior alcance das políticas públicas de assistência social no município. Esse movimento, embora positivo do ponto de vista da inclusão social, exige uma resposta estruturada e planejada para assegurar que todas as famílias em situação de vulnerabilidade possam ter acesso ao benefício, especialmente em momentos de extrema fragilidade emocional e financeira, como a perda de um ente querido.

Diante desse cenário, estima-se a ampliação dos recursos destinados ao auxílio-funeral para o ano de 2025, contemplando um crescimento de 35% na demanda projetada. Tal medida é essencial para garantir o atendimento adequado e a manutenção dos princípios de equidade e proteção social, fundamentais para o fortalecimento da política de assistência social e para o cumprimento dos objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do Decreto nº 2007, de 16 de fevereiro de 2023, a responsabilidade pela realização da pesquisa de mercado cabe à Secretaria de Licitações e Planejamento. No entanto, em observância às orientações da Controladoria, foi realizada uma pesquisa no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e na internet, com o objetivo de identificar contratações similares à presente demanda.

Ressalte-se que os preços obtidos por meio do PNCP e das pesquisas na internet referem-se a contratações semelhantes, mas não necessariamente idênticas em termos de quantitativos e especificações técnicas. Dessa forma, tais valores não podem ser considerados como parâmetro definitivo para balizar o certame, sendo imprescindível que a Secretaria competente, nos termos do Decreto supracitado, realize a pesquisa de preços de mercado de forma ampla e criteriosa, garantindo a adequação dos valores estimados e a viabilidade da contratação.

A pesquisa de mercado tem como finalidade principal aferir os parâmetros praticados no setor, tanto no âmbito público, quanto privado, possibilitando à Administração Pública realizar uma contratação que observe os princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência. Esse levantamento é essencial para garantir que os preços praticados estejam alinhados com os valores de mercado, prevenindo sobrepreços ou preços inexequíveis, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de considerar, nos estudos preliminares, os valores de referência extraídos de Atas de Registro de Preços de contratações similares, bem como os preços praticados em licitações conduzidas sob a égide da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O levantamento deve abranger órgãos e entidades da Administração Pública que tenham realizado contratações com o mesmo objeto, garantindo assim a conformidade com as diretrizes normativas e a obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

Segue, portanto, quadro demonstrativo consolidando os resultados dessa pesquisa preliminar, a fim de subsidiar a análise e a tomada de decisão quanto à estimativa de preços para a presente contratação, conforme quadro demonstrativo abaixo:



ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÓRGÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO E VALOR HOMOLOGADO	MODALIDADE / FORMA DE CONTRATAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ALOÂNDIA/GO	SERVIÇOS FUNERÁRIOS	R\$ 1.514,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 11149280000110-1-000004/2025 FONTE: MEGASOFT INFORMÁTICA
MUNICÍPIO DE PAROBÉ/RS	SERVIÇO FUNERÁRIO...	R\$ 1.480,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, VIII TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 88372883000101-1-000013/2025 FONTE: IPM SISTEMAS
MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ	SERVIÇO FUNERAL COMPLETO...	R\$ 1.420,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO-ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 29114121000146-1-000005/2024 FONTE: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC
MUNICÍPIO DE MARILENA/PR	SERVIÇO DE TANATOPRAXIA	R\$ 883,33	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO-ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: NÃO



			ID CONTRATAÇÃO PNCP: 75971010000173-1-000071/2024 FONTE: AZ INFORMATICA LTDA
MUNICÍPIO DE CONTENDA/PR	TANATOPRAXIA...	R\$ 761,25	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO-ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO- FECHADO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 76105519000104-1-000229/2024 FONTE: ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA
MUNICÍPIO DE RODELAS/BA	SERVIÇOS DE TANATOPRAXIA...	R\$ 604,44	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, I TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 14217350000119-1-000003/2025 FONTE: LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS LTDA
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL/RS	TRANSLADO FÚNEBRE...	R\$ 6,50	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 87572079000103-1-000016/2025 FONTE: DIGIFRED SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA
MUNICÍPIO DE JARDIM DE ANGICOS/RN	TRANSLADO OU CORTEJO - EM CARRO FÚNEBRE APROPRIADO POR KM	R\$ 5,15	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO-ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM



			ID CONTRATAÇÃO PNCP: 08111338000122-1-000057/2024 FONTE: TOP DOWN CONSULTORIA LTDA
MUNICÍPIO DE MIRACEMA/RJ	TRANSLADO... COBRADO POR CADA KM	R\$ 5,10	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO-ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 29114121000146-1-000005/2024 FONTE: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC

ORÇAMENTO/PREÇO PRATICADO DA ÚLTIMA CONTRATAÇÃO REALIZADA POR ESTA MUNICIPALIDADE

EMPRESA	OBJETO	VALOR CONTRATADO
FUNERÁRIA FRIBURGUENSE LTDA	SERVIÇOS FUNERÁRIOS	R\$ 1.160,00
	TANATOPRAXIA	R\$ 680,00
	TRANSLADO TERRESTRE/KM	R\$ 2,80

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21.

Como já pontuado acima, conforme Decreto nº 169, de 08 de agosto de 2017, a Pasta responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria de Licitações e Planejamento, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria Geral do Município, foi realizada pesquisa com o fito de averiguar contratações similares à presente contratação, conforme demonstrativos anexos acima, alcançados via Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e contratação anterior. Com base nessa pesquisa, foi apurada a seguinte média de valores / valores estimados:

ITEM	MÉDIA PREÇO PNCP	TABELA REFERENCIAL DE VALORES DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO BRASIL, CONFORME MANUAL DIRETOR	PREÇO CONTRATAÇÃO ANTERIOR	MÉDIA PARÂMETROS	QTDE	PREÇO ESTIMADO
------	------------------------	---	----------------------------------	---------------------	------	-------------------



		FUNERÁRIO 2024/2025 ABREDIF				
ITEM 01 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS	R\$ 1.471,33	R\$ 1.422,00	R\$ 1.160,00	R\$ 1.351,11	117 UN	R\$ 158.079,87
ITEM 02 - TANATOPRAXIA	R\$ 749,67	R\$ 1.312,50	R\$ 680,00	R\$ 914,06	47 UN	R\$ 42.960,82
ITEM 03 - TRANSLADO TERRESTRE/KM	R\$ 5,58	R\$ 8,50	R\$ 2,80	R\$ 5,63	11.700 KM	R\$ 65.871,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 266.911,69

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Primeiramente, considerando a necessidade de serviços funerários, em atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é fundamental analisar as diferentes opções disponíveis no mercado.

1. Contratação Direta (Dispensa de Licitação)

• Vantagens:

- Há mais celeridade que um processo licitatório por pregão eletrônico, por exemplo, o que pode ser vantajoso em casos emergenciais.
- Menos burocracia, permitindo uma contratação mais ágil.

• Desvantagens:

- A contratação direta só é permitida em valores abaixo dos limites estabelecidos pela legislação de dispensa de licitação.
- Pode ser questionada por falta de concorrência, o que pode gerar desconfiança quanto ao processo.

2. Pregão Eletrônico

• Vantagens:

- Através do pregão eletrônico, diversas empresas podem competir de forma transparente e a Administração Pública consegue escolher a proposta mais vantajosa.
- Por ser um processo competitivo, o pregão tende a resultar em preços mais baixos.
- O pregão eletrônico tem prazos reduzidos, facilitando a contratação.

• Desvantagens:

- Requer um processo licitatório formal, o que pode demandar mais tempo e burocracia do que a contratação direta.
- Empresas podem apresentar propostas com documentos ou condições que não atendem totalmente às exigências, necessitando análise mais detalhada.

3. Contratação via Sistema de Registro de Preços (SRP)

• Vantagens:

- A Administração Pública pode contratar serviços conforme a necessidade, por meio de preços previamente registrados, sem a necessidade de uma nova licitação para cada contratação.
- Os preços são definidos durante o processo licitatório, garantindo economia para o ente público.



- Desvantagens:

- O SRP não garante que os serviços sejam contratados, apenas estabelece a possibilidade de contratações futuras.

- O contrato via SRP pode ter restrições de prazos ou volume, dependendo da licitação original.

4. Contratação por Parceria Público-Privada (PPP)

- Vantagens:

- Em alguns casos, a PPP permite um grande aporte de recursos privados, sem que a Administração Pública precise fazer grandes investimentos iniciais.

- Empresas privadas podem ter expertise na gestão de serviços funerários, o que pode aumentar a eficiência do serviço.

- Desvantagens:

- A formalização de uma PPP envolve negociações complexas, com contratos longos e exigências legais rigorosas.

- A gestão de um serviço essencial pode ficar demasiado dependente de uma empresa privada, o que pode gerar problemas em caso de inadimplemento ou falhas contratuais.

5. Contratação via Consórcio Público

- Vantagens:

- Diversos municípios ou estados podem se juntar para contratar serviços funerários de forma conjunta, reduzindo custos.

- A administração conjunta facilita a negociação e gestão do contrato.

- Desvantagens:

- A gestão compartilhada pode ser mais difícil, pois envolve múltiplos gestores e interesses diferentes.

- Em algumas situações, a oferta de serviços pode não atender de forma eficaz todas as necessidades dos municípios participantes.

6. Contratação por Termo de Colaboração ou Fomento

- Vantagens:

- Pode envolver organizações sociais ou entidades sem fins lucrativos, proporcionando uma gestão mais humanizada e, às vezes, mais eficaz.

- Muitas vezes, essas entidades têm foco na melhoria de condições de vida da população, oferecendo um serviço com maior sensibilidade.

- Desvantagens:

- Dependendo da organização social, pode haver problemas de gestão ou falta de expertise, impactando a qualidade do serviço.

- O uso de termos de colaboração ou fomento pode não ser tão competitivo quanto um processo licitatório tradicional, o que pode gerar questionamentos sobre transparência.

A contratação de **serviços funerários** pela Administração Pública requer a observância a diversos princípios da legislação vigente, como legalidade, eficiência, publicidade, e economicidade, de forma a garantir a melhor utilização dos recursos públicos e a qualidade do atendimento à população. Nesse contexto, a modalidade de **pregão eletrônico**, utilizando o **sistema de registro de preços (SRP)** e o **critério de julgamento do menor preço global**, se apresenta como a melhor alternativa para o fornecimento desses serviços.

Primeiramente, a modalidade de **pregão eletrônico** é amplamente reconhecida por sua capacidade de proporcionar maior competitividade e transparência no processo licitatório. Ao ser realizado de forma eletrônica, o pregão permite a ampla participação de fornecedores, assegurando que a Administração Pública obtenha a proposta mais vantajosa em termos de custo-benefício. O uso da internet como plataforma de disputa elimina barreiras geográficas e promove um ambiente mais democrático, facilitando o acesso de empresas de diferentes regiões ao processo licitatório.

Além disso, a modalidade de pregão eletrônico oferece uma grande vantagem no que diz respeito à transparência e controle, princípios essenciais na Administração Pública. Todos os atos do processo licitatório são registrados de forma eletrônica e ficam disponíveis para consulta pública, garantindo que



a escolha do fornecedor seja feita de acordo com critérios claros e acessíveis a todos os interessados. Isso fortalece o controle social e facilita a fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos.

A adoção do **sistema de registro de preços (SRP)**, por sua vez oferece a flexibilidade necessária para atender à natureza imprevisível e emergencial da demanda por serviços funerários. Como esse tipo de serviço é caracterizado por ser de caráter urgente e muitas vezes imprevisível, o SRP permite que a Administração Pública registre preços para a contratação conforme a necessidade real de cada situação, sem a necessidade de uma nova licitação para cada novo ocorrido. Isso otimiza o tempo e recursos da Administração Pública, garantindo que os serviços sejam prestados de forma contínua e sem interrupções.

Ademais, permite a economia de escala, pois a Administração pode contratar serviços com preços previamente registrados e, ao longo da vigência do registro, fazer novas aquisições conforme a demanda, sem a necessidade de novas licitações. O uso dessa modalidade reduz os custos operacionais da Administração Pública, uma vez que a licitação é feita de maneira concentrada, sem a necessidade de múltiplos processos licitatórios.

Ao adotar essa modalidade de contratação, a Administração Pública não apenas cumpre os requisitos legais, mas também assegura a qualidade e continuidade dos serviços prestados à população, de forma eficiente e econômica. O processo de pregão eletrônico com SRP oferece as condições ideais para garantir a escolha de fornecedores qualificados, comprometidos com a qualidade do serviço, e que atendem às necessidades da população de maneira célere e eficaz, especialmente em momentos de urgência.

A opção pelo **critério de menor preço global** é justificável, pois os serviços funerários envolvem diversos componentes interdependentes, como o transporte de corpos, o fornecimento de caixões, velórios e sepultamentos, entre outros. Ao contratar um lote completo, a Administração Pública garante a integração dos serviços, permitindo que o fornecedor apresente uma proposta vantajosa para o conjunto de serviços, o que pode resultar em economias de escala e em uma negociação mais eficiente. Isso também simplifica a gestão contratual, uma vez que haverá um único fornecedor responsável pelo fornecimento de todos os serviços necessários, diminuindo a complexidade administrativa.

O critério de menor preço global também facilita a fiscalização e o monitoramento da execução contratual. Com um único fornecedor responsável pelo lote completo, a Administração Pública consegue acompanhar com mais eficiência a entrega dos serviços, sem a complexidade de gerenciar múltiplos contratos. Isso proporciona maior controle sobre o cumprimento das obrigações e a qualidade dos serviços prestados, ao mesmo tempo em que garante o melhor preço.

Em termos de economia de recursos, o critério de menor preço global propicia condições mais vantajosas para a Administração Pública, pois ao contratar um pacote completo de serviços, o fornecedor pode oferecer preços mais baixos devido ao volume agregado. Essa estratégia pode resultar em uma significativa redução nos custos unitários, maximizando a utilização dos recursos públicos disponíveis para essa finalidade.

Logo, conclui-se que a adoção do procedimento licitatório na modalidade de pregão eletrônico, utilizando o sistema de registro de preços e o critério de menor preço global para o fornecimento de serviços funerários, visa atender à necessidade de eficiência, transparência e economia na gestão dos recursos públicos. Esse modelo de licitação garante a melhor qualidade dos serviços contratados, assegura o cumprimento das necessidades da população e facilita o processo de fiscalização, tornando a gestão pública mais ágil, flexível e responsável. Ademais, essa forma de contratação está em total conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as novas normas de licitações e contratos administrativos, permitindo a escolha do critério de menor preço global quando tal modalidade for mais vantajosa para a Administração Pública, especialmente em casos de serviços interdependentes como os funerários.

Sendo assim, a solução foi analisada, pormenorizada nas pesquisas de mercado e de preços realizadas, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, e a solução disponível no mercado mais adequada se encontra na realização de procedimento licitatório, na modalidade de pregão eletrônico, através do sistema de registro de preços, utilizando o critério de



julgamento do menor preço global, em cumprimento ao dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Fundamentação: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Considerando o exposto no presente processo, a licitação será realizada por menor preço global, sem parcelamento do objeto, em consonância com o inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A opção por não parcelar a solução decorre da análise técnica e econômica, sendo que, após estudo detalhado, concluiu-se que:

1. A divisão do objeto NÃO é tecnicamente viável, pois a natureza dos serviços funerários exige uma execução integrada e contínua, sem prejuízos que possam comprometer a eficiência e a qualidade do atendimento.
2. A divisão NÃO é economicamente viável, pois, ao contrário de gerar benefícios, poderia resultar em custos adicionais, tanto para a Administração Pública quanto para os fornecedores, devido à necessidade de múltiplos contratos e gestões distintas.
3. NÃO há perda de escala ao NÃO parcelar, uma vez que a execução dos serviços requer cooperação e integração entre suas diversas etapas, o que possibilita maior eficiência na execução e gestão do controle na prestação dos serviços.
4. A divisão não traria maior aproveitamento do mercado nem ampliaria a competitividade, uma vez que a complexidade e a sensibilidade do serviço funerário exigem uma contratação única.

Diante dessa análise, a Administração decidiu pela realização de um processo licitatório único, sem parcelamento, com as seguintes justificativas:

- **Natureza do Serviço e Indivisibilidade da Execução**

Os serviços funerários envolvem um conjunto de atividades interdependentes (remoção, preparação, velório, sepultamento ou cremação, entre outros), cuja fragmentação poderia comprometer a continuidade e a eficiência na prestação do serviço.

- **Garantia de Atendimento Integral e Imediato**

Considerando o caráter emergencial e sensível dos serviços funerários, a centralização do fornecimento em um único lote evita problemas operacionais, atrasos e dificuldades de coordenação entre diferentes fornecedores, garantindo atendimento rápido e eficaz.

- **Padrão de Qualidade e Uniformidade do Serviço**

A contratação de um único fornecedor assegura que todos os beneficiários tenham acesso a um padrão uniforme de qualidade e atendimento, evitando disparidades na prestação do serviço.

- **Viabilidade Econômica e Administrativa**

O parcelamento poderia resultar em custos adicionais, tanto para a Administração quanto para os fornecedores, devido à necessidade de múltiplos contratos, fiscalizações e gestões distintas. A contratação em lote único pode proporcionar economia de escala e maior eficiência na gestão contratual.

- **Adequação às Normas de Licitação e Interesse Público**

A não divisão da solução da licitação está alinhada aos princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade, garantindo que a solução atenda plenamente às necessidades do órgão contratante e da população beneficiada.

Dessa forma, a escolha por não realizar o parcelamento da solução referente à licitação realizada por lote no fornecimento de serviços funerários visa garantir a melhor execução do serviço, sem prejuízos operacionais, administrativos ou financeiros. A contratação por lote assegura a integração dos serviços, reduz a complexidade administrativa, maximiza a economia de escala, e facilita a gestão e fiscalização do contrato. Além disso, a Administração Pública garante a continuidade e a qualidade do atendimento, respeitando as necessidades emergenciais e imprevisíveis da população. Dessa forma, a opção pela



contratação por lote é a mais vantajosa para o atendimento das necessidades da Administração Pública e para a eficiência do gasto público.

Outrossim, é oportuno destacar o Acórdão nº 75.681/2022 proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), o qual dispõe que a decisão acerca da divisibilidade ou não do objeto da licitação em lotes ou itens se insere no âmbito da discricionariedade administrativa. Nessa medida, cabe ao gestor público, durante a fase de planejamento, avaliar qual a melhor forma de atender ao interesse público, considerando as especificidades do objeto e as necessidades da Administração.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A Contratação aqui pretendida é de fundamental importância e tem por finalidade garantir o atendimento às demandas relacionadas aos benefícios eventuais previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esses benefícios são regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e visam suprir situações emergenciais que envolvem vulnerabilidade social, como o falecimento de um ente querido em famílias em situação de extrema pobreza ou risco social, baseada nas seguintes justificativas:

1. Garantia de Dignidade e Direitos Humanos

- Proporciona um funeral digno às famílias que enfrentam a perda de um ente querido, independentemente de sua condição econômica.
- Assegura o cumprimento do direito social de proteção em situações emergenciais, conforme previsto pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

2. Redução do Impacto Psicológico e Social

- Mitiga os efeitos da exclusão social em um momento de grande fragilidade emocional.
- Oferece suporte para que as famílias possam lidar com o luto sem a sobrecarga de preocupações financeiras relacionadas ao sepultamento.

3. Prevenção de Agravamento da Vulnerabilidade Social

- Evita que famílias já em situação de pobreza enfrentem endividamento ou agravamento de sua condição financeira para custear despesas funerárias.
- Contribui para a estabilização social ao oferecer suporte imediato em situações críticas.

4. Fortalecimento da Política de Assistência Social

- Demonstra a eficiência e o alcance da política pública, reforçando a credibilidade e a legitimidade do SUAS.
- Promove a inclusão social, reduzindo desigualdades e ampliando a cobertura de atendimento às famílias em vulnerabilidade.

5. Agilidade e Eficiência no Atendimento

- Garante que as demandas emergenciais sejam tratadas com rapidez e respeito, prevenindo atrasos que possam gerar maior sofrimento às famílias.
- Contribui para a organização e planejamento da gestão pública, ao padronizar e qualificar os serviços oferecidos.

6. Fomento à Solidariedade e Humanização

- Estimula uma sociedade mais solidária ao reforçar a importância da assistência social em momentos de maior necessidade.
- Humaniza o atendimento ao considerar as necessidades emocionais e culturais das famílias enlutadas.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Para a contratação pretendida, não se revela necessária a adoção de providências prévias por parte da Administração. Contudo, em consonância com a legislação vigente, impõe-se a necessidade de capacitação dos servidores incumbidos de atuar na condução do processo licitatório e na fiscalização da



execução do objeto contratado. A referida capacitação deverá ser conduzida pelo fiscal do contrato, com a devida supervisão do gestor responsável.

A qualificação contínua dos servidores responsáveis pela fiscalização contratual é de suma importância para a melhoria dos mecanismos de controle, visando assegurar a observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência, garantindo a correta execução dos contratos administrativos e o fiel cumprimento das condições pactuadas.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para esta contratação.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A empresa contratada para a prestação de serviços funerários deverá comprometer-se com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotando critérios e práticas de sustentabilidade, conforme estabelecido, especialmente, no artigo 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, bem como em outros normativos aplicáveis. Nesse contexto, a contratada deverá observar, entre outros aspectos, os seguintes parâmetros:

- a) Minimização do impacto sobre os recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água, durante a execução dos serviços funerários;
- b) Prioridade para o uso de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, sempre que possível, no fornecimento de urnas, velórios e outros insumos utilizados;
- c) Maximização da eficiência no consumo de recursos naturais, como água e energia, nas instalações e operações relacionadas aos serviços funerários;
- d) Geração de empregos, preferencialmente com a contratação de mão de obra local, especialmente em atividades relacionadas à preparação, transporte e apoio aos serviços funerários;
- e) Garantia de maior durabilidade e menor custo de manutenção dos bens utilizados no serviço, como urnas, veículos funerários e outros materiais, respeitando critérios de qualidade e sustentabilidade;
- f) Aplicação de inovações tecnológicas que reduzam a pressão sobre os recursos naturais, como processos de cremação ou biodegradabilidade de materiais;
- g) Utilização de recursos naturais provenientes de fontes sustentáveis nos bens, serviços e obras ligados à atividade funerária, como no caso de urnas ou outros produtos derivados de madeira e materiais biodegradáveis;
- h) Uso de produtos florestais, tanto madeireiros, quanto não madeireiros, originários de manejo florestal sustentável ou reflorestamento, quando aplicáveis aos serviços contratados.

Com o objetivo de contribuir para a implementação de políticas que minimizem os impactos ambientais e assegurem a preservação do meio ambiente, e visando à efetiva aplicação de critérios e ações ambientais e socioambientais, a Contratada se compromete a seguir os requisitos de sustentabilidade ambiental aplicáveis à prestação de serviços funerários, conforme estabelecido nas licitações promovidas pela Administração Pública, tal como:

- a) Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a Contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:



Fundamentação: Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante artigo 7º, inciso XIII da IN SEGES/ME Nº 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

As aquisições objeto do presente planejamento não se enquadram nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Desta forma, declaramos a viabilidade da contratação, com base no estudo realizado, uma vez que é viável, necessária e adequada a presente Secretaria e ao referido equipamento requisitante.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Gestoras:	Elaboradora segundo dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD / Apoio Técnico Administrativo:
<div>Angelica Medeiros Polo Gerente de Benefícios Eventuais Mat. 63.523</div> <div>Edilene Gorete Torres Laeth Gerente de Proteção Social Básica Mat. 63.360</div>	<div>Caroline Guimarães Monteiro Assessora Nível Intermediário Mat. 63.647</div> <div>Visto e revisado por Monara Tavares da Silva Cunha Assessora Nível Superior de Apoio Administrativo Mat. 199.511</div>

Nova Friburgo/RJ, 17 de fevereiro de 2025.

De acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra
Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Mat. 100.518



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A